

PARECER JURÍDICO Nº 144/2023

Consulente: Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Assunto: Licitação e Contratos Administrativos

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. LEI 8.666/93. PREGÃO PRESENCIAL. LEI 10.520/02. HIPÓTESE LEGAL. VIABILIDADE JURÍDICA. PROCEDÊNCIA.

I – RELATÓRIO

Cuida-se de Processo Administrativo nº 087/2023 – Pregão Presencial nº 013/2023, o qual possui como objeto o “Contratação de empresa para prestação de serviço de locação de bens para realização do evento, que será realizado no Município de Santo Antônio do Leste/MT, nos dias 27 e 28 de janeiro de 2024 em alusão ao 26º aniversário do município”, conforme solicitação do Secretário Municipal de Educação e Cultura, Sr. Nilson Barbosa da Silva.

Consta do presente processo que a contratação se dará com fundamento na Lei nº 10.520/02, Decreto nº 9.488/18, Lei Complementar nº 123/06, subsidiariamente, na Lei nº 8.666/93, Lei Municipal nº 288/2009 e demais legislações aplicadas ao caso.

Analisando a justificativa do processo, tem-se que a referida contratação visa proporcionar integração e cultura aos municípios com a comemoração do 26º aniversário do Município de Santo Antônio do Leste, com a realização de shows artísticos para entretenimento da população.

Integram os autos os seguintes documentos: Verbas Orçamentárias, Termo de Referência, Solicitação de Materiais/Serviços, Quadro de Cotações e orçamentos anexos, Edital do Pregão Presencial e seus anexos e a Minuta do Contrato.

Na oportunidade, antes de adentrar no mérito, cumpre informar que, a presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no exame prévio e conclusivo dos textos das Minutas dos Editais e seus anexos.

Vale ressaltar que o preço estimado e quantidade do objeto/produto a ser contratado através da presente licitação, não se mostra tarefa afeta a este órgão de assessoramento jurídico, motivo pelo qual não será objeto de análise.

É o que se tem a relatar.

Em seguida, exara-se o opinativo.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, insta consignar que o presente Parecer Jurídico, embora no caso em apreço possua obrigatoriedade legal na emissão, este possui caráter meramente opinativo, ou seja, não sobrepõe o poder discricionário do Chefe do Poder Executivo, tendo tão somente a finalidade precípua de elucidar, informar, sugerir providências a serem estabelecidas e/ou condutas a serem praticadas pela Administração Pública, como define o nobre doutrinador Helly Lopes Meirelles, *in verbis*:

[...] Pareceres administrativos são manifestações de órgãos técnicos sobre assuntos submetidos à sua consideração. O parecer tem caráter meramente opinativo, não vinculando a Administração ou os particulares à sua motivação ou conclusões, salvo se aprovado por ato subsequente. Já, então, o que subsiste como ato administrativo não é o parecer, mas, sim, o ato de sua aprovação, que poderá revestir a modalidade normativa, ordinatória, comercial ou punitiva. (MEIRELLES, 2010, p. 197).

Cumpre anotar que a Lei nº 8.666/93, em seu artigo 38, parágrafo único, estabelece a imprescindibilidade do parecer jurídico realizado pela assessoria jurídica ou órgão equivalente do contratante, para que este analise a legalidade do procedimento, bem como a minuta dos contratos que serão firmados entre as partes, *in verbis*:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente: (...)

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.

Deste modo, cumpre analisar a adequação da modalidade licitatória adotada para o processo em questão, qual seja Pregão Presencial e aprovação jurídica da minuta do instrumento convocatório para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei das Licitações.

A contratação realizada pela Administração Pública será precedida de processo licitatório, podendo este, conforme o artigo 22 da Lei nº 8.666/93¹, ser através das seguintes modalidades: convite, tomada de preços, concorrência, concurso e leilão, sendo cada uma delas para um tipo de objeto a ser contratado.

Contudo, a Lei nº 10.520/2002² instituiu nova modalidade: o Pregão, que é destinado à contratação de bens e serviços comuns, independentemente do valor, podendo ser realizado na forma presencial ou eletrônica.

Cumpre anotar que, embora a modalidade *in tela* não tenha tido previsão legal na Lei nº 8.666/93 e sim possuindo legislação específica (Lei nº 10.520/2002), o procedimento licitatório *in casu* estará, subsidiariamente, em conformidade ao disposto na Lei nº 8.666/93, uma vez que o artigo 9º, da Lei nº 10.520/2002 dispõe acerca da aplicação subsidiária dos regramentos da Lei nº 8.666/93, senão vejamos: “Art. 9º Aplicam-se subsidiariamente, para a modalidade de pregão, as normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993”.

Conforme o doutrinador Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, pregão é definido como:

[...] o procedimento administrativo por meio do qual a Administração Pública, garantindo a isonomia, seleciona fornecedor ou prestador de serviço, visando a execução de objeto comum no mercado, permitindo aos licitantes, em sessão pública, reduzir o valor da proposta por meio de lances verbais e sucessivos.

O critério para a contratação através dessa modalidade, conforme o artigo 4º, inciso X, da Lei nº 10.520/2002³ será o de **menor preço**, ou seja, visando a proposta com maior vantagem

¹Art. 22. São modalidades de licitação:

I - concorrência;
II - tomada de preços;
III - convite;
IV - concurso;
V - leilão.

²Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

³Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:
X - para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital;

econômica à Administração Pública, através da disputa de preços dos participantes devidamente credenciados para a sessão pública.

Analisando o tipo “menor preço por item”, se vê que a utilização deste método possui amparo na Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União, como se vê na redação:

Súmula 247. É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

Contudo, no presente caso, há justificativa para a adoção da modalidade menor preço global. O Secretário solicitante esclarece que a escolha pela modalidade menor preço por item poderia trazer acréscimo no preço, uma vez que eliminaria a economia por escala no transporte, já que cada item poderia ser fornecido por licitantes diversos, cada um embutindo o valor do transporte.

Da mesma forma, o Secretário solicitante esclarece que a opção pela modalidade menor preço global também se justifica pois como o objeto pretendido é a estrutura completa para a realização de shows artísticos, com palco, sonorização e iluminação, o fornecimento de cada item por licitante diverso poderia gerar incompatibilidade entre os equipamentos. É imperioso que a estrutura do palco, o som e a iluminação sejam compatíveis entre si.

Analisando-se a minuta do instrumento convocatório (edital), tem-se que o mesmo observou as cautelas preceituadas no artigo 40 da 8.666/93, o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, objeto da licitação, em descrição sucinta e clara, e entre outros, estando apto para gerar os efeitos jurídicos esperados.

Quanto à minuta do contrato, tem-se que esta também se encontra adequada nas cláusulas necessárias aos contratos administrativos, previstas no artigo 55 da Lei nº 8.666/93.

Salienta-se que as dotações orçamentárias do presente processo de licitação são oriundas de recurso próprio do ente municipal, pois havendo recursos da União, será obrigatória a utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, ou da dispensa eletrônica, exceto nos casos expressamente admitidos, conforme regulamenta o Decreto nº 10.024/19 (art. 1º, §§ 3º e 4º).

Ademais, esclarece-se no tocante à prorrogação do uso da Lei nº 8.666/93, de acordo com a Medida Provisória nº 1.666, de 31 de março de 2023:

Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para prorrogar a possibilidade de uso da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e dos art. 1º a art. 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, desde que:

I - a publicação do edital ou do ato autorizativo da contratação direta ocorra até 29 de dezembro de 2023; e

II - a opção escolhida seja expressamente indicada no edital ou no ato autorizativo da contratação direta.

§ 1º Na hipótese do caput, se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas no inciso II do caput do art. 193, o respectivo contrato será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência.

§ 2º É vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no inciso II do caput do art. 193.” (NR)

[...]

II - em 30 de dezembro de 2023:

a) a Lei nº 8.666, de 1993;

b) a Lei nº 10.520, de 2002; e

c) os art. 1º a art. 47-A da Lei nº 12.462, de 2011.” (NR)

Art. 2º Fica revogado o parágrafo único do art. 191 da Lei nº 14.133, de 2021. Art.

3º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Com efeito, foi admitida a prorrogação da possibilidade de uso das Leis nº 8.666, nº 10.520/02 e art. 1º a art. 47-A da Lei nº 12.462/11, desde que atendidas as exigências supracitadas pela Administração, como é o caso em análise.

Por fim, registra-se a análise do processo sob o prisma estritamente jurídico, não competindo adentrar na conveniência e na oportunidade dos atos praticados, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa⁴.

III – CONCLUSÃO

Desta feita, tendo em vista os aspectos de juridicidade, este Procurador Jurídico signatário **opina favoravelmente** ao prosseguimento do Processo Administrativo nº 087/2023 – Pregão Presencial nº 013/2023, devendo este ser realizado em conformidade aos princípios administrativos e licitatórios, sobretudo o da maior vantagem à Administração Pública.

A tempo, em homenagem ao princípio da publicidade e do acesso à informação, os atos deste procedimento devem ser publicados na imprensa oficial de origem dos recursos financeiros e na Imprensa Oficial local, e no portal da transparência desta Prefeitura Municipal, nos termos do art. 21 da Lei nº. 8.666/93.

Cumpre salientar que a presente manifestação toma por base, única e exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe.

É o parecer.

Santo Antônio do Leste – MT, 22 de dezembro 2023.

MURILO HEITOR

REZENDE

PEREIRA:01519936290

Assinado de forma digital por

MURILO HEITOR REZENDE

PEREIRA:01519936290

Dados: 2023.12.22 10:01:02 -04'00'

MURILO HEITOR REZENDE PEREIRA

Procurador Jurídico

OAB/MT Nº 25.674/O

⁴ Boas Práticas Consultivas (BPC) nº 7. Temas Não Jurídicos. Manifestação Conclusiva Pelo Órgão Consultivo. Impossibilidade. Emissão de Opinativo de Caráter Discricionário. Possibilidade.